

## Fluxos de capital subdeclarados da China para a Venezuela entre 2001 e 2021<sup>a</sup>

*Underreported capital flows from China to Venezuela between 2001 and 2021*

Leonardo Segura Moraes<sup>b</sup> 

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais,  
Uberlândia (MG), Brasil

Raquel de Azevedo<sup>c</sup> 

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia e Relações Internacionais,  
Uberlândia (MG), Brasil

---

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é mapear as exportações de capital chinês para a economia venezuelana entre 2001 e 2021, identificando em que ramos da produção social foram alocados os investimentos chineses na Venezuela. Como a China não participa integralmente dos sistemas ocidentais de transparência financeira, utilizamos informações coletadas, organizadas e analisadas através da base de dados AidData's Global Chinese Official Finance Dataset, assim como ampla revisão de literatura especializada para validar os registros. A principal hipótese a ser investigada é que os empréstimos chineses constituíram na Venezuela uma dupla economia em transição: de um lado, uma economia de mercado em colapso, especialmente em razão das sanções internacionais e das flutuações do preço do petróleo; de outro, uma economia interna, subvencionada pelo Estado, em plena ascensão.

**Palavras-chave:** China. Venezuela. AidData's Global Chinese Official Finance Dataset. Dupla economia em transição.

**Abstract:** This paper aims to map Chinese capital exports to the Venezuelan economy between 2001 and 2021, identifying the branches of social production in which Chinese investments were allocated in Venezuela. Since China does not fully participate in

---

<sup>a</sup> Submissão: 23/06/2025 | Aprovação: 12/09/20245 | DOI: 10.5380/re.v46i89.100188

<sup>b</sup> lseguram@ufu.br

<sup>c</sup> raquelazevedo@ufu.br

Ambos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.



Western financial transparency systems, the study relies on data collected, organized and analyzed through AidData's Global Chinese Official Finance Dataset, as well as an extensive review of specialized literature to validate the records. The main hypothesis to be investigated is that Chinese loans have created a dual economy in transition in Venezuela: on one hand, a collapsing market economy, especially due to international sanctions and fluctuations in the price of oil; on the other, a domestic economy, subsidized by the state, in full growth.

**Keywords:** China. Venezuela. AidData's Global Chinese Official Finance Dataset. Dual Economy in Transition.

**JEL:** F21. F51. N16. P33.

---

## 1. Introdução

Este trabalho investiga as características das exportações de capital chinês para a economia venezuelana nas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, descrevemos a origem e a alocação de investimentos chineses para a Venezuela no período compreendido entre 2001 e 2021, subdeclarados nos sistemas globais de registros financeiros. O método utilizado nesta pesquisa envolve a análise das informações coletadas e organizadas através da base de dados AidData's Global Chinese Official Finance Dataset, 2000-2021 v. 3.0 (Custer *et al.*, 2023), assim como ampla revisão de literatura especializada para validar os registros<sup>1</sup>.

Devido à especificidade da metodologia de coleta das informações dos fluxos subdeclarados, parte substancial do esforço desta pesquisa está em localizar possíveis informações duplicadas e validar os registros. Desse modo, descrevemos a origem dos fluxos de capital chinês e para quais setores da economia venezuelana se destinaram, no período em análise, no intuito de tecer algumas considerações a respeito de seus impactos em termos de diversificação produtiva na economia venezuelana.

A hipótese a ser investigada é se, apesar de os investimentos chineses se concentrarem no setor exportador da economia venezuelana e serem, portanto, indutores da divisão internacional do trabalho, destinam-se também a promover uma articulação mais consistente entre o setor exportador e os demais ramos de produção internos, visto que é justamente esse estreitamento entre os setores que pode permitir um fornecimento contínuo de matérias-primas para a economia chinesa. É importante ressaltar que China e Venezuela são países que não participam integralmente dos sistemas ocidentais de transparência financeira, tais como o *Creditor Reporting System* (CRS), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, sigla em inglês), ou a *International Aid Transparency Initiative* (IATI). Por isso, a metodologia de rastreamento de fluxos financeiros, operacionais e locacionais subdeclarados (TUFF, sigla em inglês) permite o estabelecimento de procedimentos padronizados para mapear e localizar fluxos financeiros, de bens ou serviços não registrados pelas tradicionais bases de dados sobre o tema (Strange *et al.*, 2017).

---

<sup>1</sup> A descrição completa dos fluxos subdeclarados de capital pode ser acessada aqui: <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.29367473.v1>

As exportações de capital da China para a Venezuela nas duas primeiras décadas do século XXI se remetem a conjunturas econômicas e políticas distintas em cada país. Do lado chinês, a conjuntura econômica indica um período oscilante, mas com tendência de crescimento da participação dos lucros (*profit share*) no produto nacional entre 2000 e 2010. A partir de 2010, porém, se nota um declínio pronunciado tanto da taxa de lucro quanto da participação dos lucros no produto nacional, ainda que a extraordinária performance econômica da China entre 1990 e 2010 tenha alterado qualitativamente sua posição na economia global (Li, 2017, p. 400; Lin, 2011). Em termos políticos, nota-se avanço na consolidação do socialismo com características chinesas como estratégia de desenvolvimento do país desde a segunda metade da década de 1970<sup>2</sup>.

Do lado venezuelano, tais fluxos ocorreram sob as presidências de Hugo Chávez (1999-2013) e se mantiveram, mesmo com o acirramento da crise econômica interna, desde o fim do ciclo de preços elevados das commodities na primeira década do século XXI. Apresentaremos uma descrição mais detalhada, na terceira seção deste trabalho, de como os investimentos chineses se intensificam no governo de Nicolás Maduro a partir de 2013. Foi também a partir de 2014 que se iniciaram as sanções econômicas internacionais contra a Venezuela, patrocinadas especialmente pelos EUA, União Europeia e Reino Unido<sup>3</sup>.

As sanções econômicas internacionais têm afetado as condições de reprodução social na Venezuela, como atestou a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Alena Douhan, em 2021<sup>4</sup>. Um dos principais efeitos econômicos das sanções é o alijamento do país sul-americano do sistema monetário internacional sob hegemonia do dólar estadunidense, o que impôs

---

<sup>2</sup> “O sistema teórico do socialismo com características chinesas, como fruto mais recente da adaptação do marxismo à China, incorpora a teoria de Deng Xiaoping, o importante pensamento da ‘tríplice representatividade’ e o conceito de desenvolvimento científico. Ele é uma persistência, desenvolvimento, continuação e atualização do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Zedong. [...] Foi salientado no 18º Congresso Nacional do Partido que o fundamento básico para a construção do nosso socialismo é que a China está na fase inicial do socialismo, o planejamento global visa promover o desenvolvimento ‘cinco em um’ e a tarefa geral é alcançar a modernização socialista e a grande revitalização nacional. Esses três aspectos são uma síntese estratégica, resumida e explícita” (Jinping, 2019, vol. I, p. 10 e 11). Sobre a formação do pensamento econômico chinês moderno, notadamente a partir da consolidação da Revolução de 1949, ver particularmente Weber (2023, cap. 4).

<sup>3</sup> Para o histórico das sanções por parte do governo dos EUA contra a Venezuela, ver Seelke (2021). No caso britânico é curioso que mesmo após o Brexit as sanções contra a Venezuela se mantêm, como pode ser visto no site oficial do governo britânico: <https://www.gov.uk/government/publications/financial-sanctions-venezuela>

<sup>4</sup> Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/14/relatora-da-onu-pede-fim-das-sancoes-dos-eua-contra-a-venezuela-efeito-devastador>

dificuldades para o financiamento da economia venezuelana no período recente<sup>5</sup>. Sendo a indústria petrolífera o eixo dinâmico da economia venezuelana e os EUA, até então, seu principal comprador, as sanções ao setor petrolífero venezuelano têm um impacto significativo de redução, a partir de 2014, do déficit comercial que os EUA mantinham com a Venezuela<sup>6</sup>.

As sanções têm, na verdade, um efeito multiplicador: por um lado, impõem restrições político-econômicas que contribuem para a deterioração do ambiente macroeconômico da Venezuela; de outro, a piora dos indicadores da economia de mercado do país, associada à crise política interna que se impulsiona com o impacto das sanções externas, repercute negativamente na análise de risco soberano utilizada pelos credores dos países da OCDE, que têm como métrica a performance macroeconômica das economias nacionais<sup>7</sup>.

É nesse sentido que os fluxos subdeclarados de capital chinês para a Venezuela parecem ter sido importantes fontes para o financiamento da economia venezuelana durante os governos de Chavez e Maduro. Entre 2005 e 2019, os empréstimos concedidos para a Venezuela através do China Development Bank (CDB) e do China Export-Import Bank somaram US\$ 62 bilhões e haviam financiado 790 projetos no país (Myers; Gallagher, 2020, p. 3; Gerdel, 2019, p. 5, nota de rodapé n. 2). Entre 2005 e 2015, 42% de todos os investimentos chineses para a América Latina e o Caribe foram para a Venezuela (CVE-CHINA, 2019, p. 16). Vale destacar também que o montante da dívida externa venezuelana cresceu entre 2011 e 2019<sup>8</sup>, tendo ultrapassado US\$ 147 bilhões em 2019, um crescimento de cerca de 25% em relação à 2011 (CEPAL, 2022, Tabela A1.11, p. 138).

A aproximação econômica entre China e Venezuela parece se enquadrar tanto no âmbito da estratégia chinesa de obtenção de matérias-primas quanto da

---

<sup>5</sup> É notório o caso envolvendo a empresa Citgo, subsidiária da PDVSA nos EUA e importante fonte de dólares estadunidenses para a Venezuela, que foi judicialmente encampada e teve autorizada sua liquidação pela justiça dos EUA. Ver: <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-rechaza-tribunal-eeuu-venta-citgo-20210116-0010.html>. Outro efeito notável das sanções é a ausência de informações empíricas atualizadas sobre a economia venezuelana nos bancos de dados de organizações multilaterais como FMI e Banco Mundial.

<sup>6</sup> Ver as informações sobre comércio bilateral entre EUA e Venezuela disponíveis em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c3070.html>

<sup>7</sup> Sobre as metodologias de classificação de risco de crédito entre países, ver, por exemplo, a metodologia empregada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): <https://www.oecd.org/en/topics/country-risk-classification.html>.

<sup>8</sup> Vale destacar que há divergência entre os dados do Banco Mundial e da Cepal, pois de acordo com a base de dados *International Debt Statistics* do Banco Mundial os valores são muito maiores, o que sugere haver diferentes metodologias de cálculo.

necessidade venezuelana de diversificação de parceiros comerciais, tecnológicos e financeiros. Tal articulação econômica fez da Venezuela importante destino do capital chinês na América Latina, indicando também algumas novidades que a ascensão chinesa na economia global pode anunciar para as relações econômicas internacionais. Assim, investigar a origem e a alocação desses recursos na economia venezuelana é o objeto desta pesquisa, cujo intuito é entender o perfil das relações econômicas internacionais entre ambos os países e suas possíveis consequências para a economia venezuelana contemporânea. Para tanto, mapeamos os fluxos subdeclarados de capital da China para a Venezuela entre 2001 e 2021 e os classificamos de acordo com setores econômicos de destino. Consideramos a interpretação de Celso Furtado (2019), em *A economia latino-americana*, a respeito do desajuste entre o perfil da demanda e a composição da oferta que caracteriza o processo substitutivo de importações nos países da América Latina e do Caribe para averiguar em que medida os investimentos chineses modificam a composição da oferta venezuelana.

Ao longo do século XX diversos autores tentaram compreender a condição de subdesenvolvimento a qual estavam relegados os países latino-americanos. Dentre os mais proeminentes se encontra Celso Furtado, que dedicou parte de suas reflexões à economia venezuelana, a qual ele julgava gozar de uma condição bastante distinta da experimentada pelas demais nações do continente. Furtado foi à Venezuela em dois momentos, nos anos de 1957 e 1974, e produziu relatórios que pautaram desde questões conjunturais, até os desafios e limitações estruturais ao desenvolvimento do país (Furtado, 2008).

Em sua análise crítica da trajetória econômica da Venezuela, diagnosticou o fenômeno do subdesenvolvimento com abundância de divisas. Este, por sua vez, conduz a uma tendência para a sobrevalorização externa da moeda venezuelana devido a abundância de divisas estrangeiras conversíveis oriundas das exportações de recursos naturais/energéticos. Trata-se de um elemento formador da moderna economia venezuelana, o qual tem sua origem nas receitas oriundas da indústria petroleira que são transferidas ao setor público, seja através de impostos, royalties, etc.. Nesse sentido, a orientação do gasto público assume papel preponderante na economia venezuelana.

## 2. Panorama histórico das relações econômicas entre China e Venezuela

As relações econômicas formais entre China e Venezuela se iniciaram em 1943 quando os chineses designaram pela primeira vez um funcionário diplomático para o país sul-americano, embora desde 1936, sob a presidência do general Eleazar López Contreras, a Venezuela mantinha consulado geral na cidade chinesa de Xangai. Após a vitória da Revolução Comunista Chinesa em 1949, a normalização das relações diplomáticas entre ambas as nações ocorreu apenas em 1974 (Molina Medina, 2018).

Ainda que alguns acordos de cooperação técnica e científica tenham sido firmados entre os anos 1980 e 1990, as relações econômicas dos dois países permaneceram relativamente restritas se comparadas com a dinâmica assumida a partir da ascensão de Hugo Chávez à presidência venezuelana, em 1999, combinada com o desenvolvimento teórico e prático do socialismo com características chinesas sob os governos de Hu Jintao (2002-2013) e Xi Jinping (2013-). Entre 1974 e 1999, apenas 30 acordos de cooperação haviam sido firmados entre os países. O quadro muda nos governos de Chavez e Maduro, haja vista que de 1999 a 2018 foram assinados 470 acordos de cooperação bilateral entre China e Venezuela (Transparencia Venezuela, 2020, p. 10).

No âmbito da economia global, o início da nova dinâmica econômica de atuação chinesa nos países latino-americanos ocorreu no contexto da elevação expressiva do preço das matérias-primas no mercado internacional entre 2000 e 2013<sup>9</sup>. Por meio da estratégia de política externa denominada Go Global (também conhecida como *Going Out Policy*), articulada em 1998, o então presidente Jiang Zemin tinha como objetivo internacionalizar o investimento chinês para garantir acesso às matérias-primas e à energia necessárias ao desenvolvimento planejado da China. Em 2013, o presidente Xi Jinping incorporou as premissas da estratégia Go Global na política externa chinesa por meio da iniciativa de desenvolvimento de infraestrutura produtiva e comercial conhecida como Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*, em inglês), expandindo a atuação chinesa especialmente na

---

<sup>9</sup> O chamado “boom das *commodities*” dos anos 2000 consistiu na elevação expressiva dos preços das matérias-primas no mercado internacional. Embora ainda seja controverso precisar a duração do recente ciclo das *commodities*, alguns indícios apontam o período de duração entre 2000 e 2011 (The Economist, 04/10/2014).

América Latina e na África (Raimundo; Azevedo, 2011; Xu, 2017; Ouriques; Avelar, 2017).

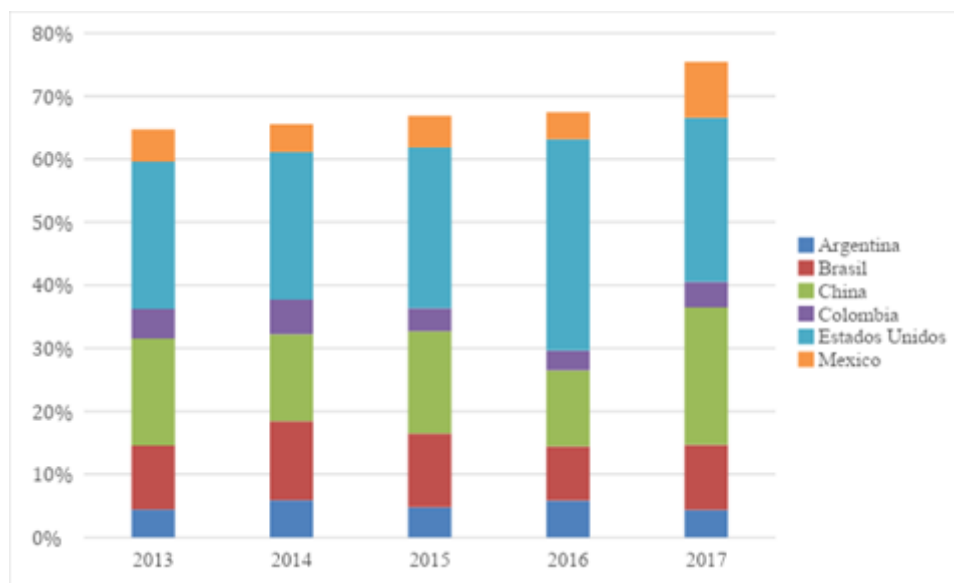
O interesse dos governos bolivarianos na expansão das parcerias econômicas para além dos EUA encontrou amparo nas necessidades energéticas pautadas pela política externa chinesa, impulsionando a criação, em 2007, do *Fondo Conjunto Chino-Venezolano* (FCCV). De acordo com os dados da Tabela 1 e do Gráfico 1, é notável a dependência comercial da economia venezuelana em relação à economia norte-americana. Na amostra de países que representam mais da metade do valor das exportações venezuelanas entre 2013 e 2017, cerca de um quarto deste total se destinava aos EUA. Já a composição das importações denota cenário ainda mais dependente.

**Tabela 1 – Valor das exportações venezuelanas, principais parceiros (2013-2017, US\$ milhões)**

País de Destino	2013		2014		2015		2016		2017	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Total</b>	<b>2.339</b>	<b>100</b>	<b>2.787</b>	<b>100</b>	<b>2.795</b>	<b>100</b>	<b>1.741</b>	<b>100</b>	<b>1.779</b>	<b>100</b>
Estados Unidos	590	25%	827	30%	689	25%	422	24%	418	23%
Brasil	190	8%	333	12%	280	10%	150	9%	179	10%
Colômbia	300	13%	349	13%	175	6%	141	8%	156	9%
Holanda	204	9%	224	8%	214	8%	95	5%	120	7%
China	258	11%	168	6%	97	3%	69	4%	130	7%
<b>Total amostra</b>	<b>1.542</b>	<b>66%</b>	<b>1.901</b>	<b>68%</b>	<b>1.455</b>	<b>52%</b>	<b>877</b>	<b>50%</b>	<b>1.003</b>	<b>56%</b>

Fonte: Servicio Nacional Integrado de Administración Aduanera y Tributaria, SENIAT - Instituto Nacional de Estadística, INE. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve>

**Gráfico 1 – Composição das importações FOB da Venezuela, principais parceiros (2013-2017)**



Fonte: Servicio Nacional Integrado de Administración Aduanera y Tributaria, SENIAT - Instituto Nacional de Estadística, INE. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve>

Como se pode observar no Gráfico 1 e na Tabela 1, entre 2013 e 2017 os EUA representavam cerca de um quinto do comércio exterior venezuelano, considerando exportações e importações. A China, por sua vez, representava ao longo desse período cerca de um décimo das transações externas. A dificuldade em encontrar dados mais recentes se deve, ao menos em parte, ao efeito das sanções internacionais promovidas especialmente por EUA e União Europeia. O *CIA World Factbook*<sup>10</sup> reúne dados de 2022 em que, ao menos para as exportações, nota-se significativa alteração após 2017. Entre os parceiros comerciais em 2022, a China representava 16% das exportações da Venezuela, ao passo que 31% do valor das importações venezuelanas veio da China. Segundo os mesmos dados, ainda que os EUA permaneçam como origem de cerca de um quinto das importações venezuelanas em termos de valor, é notório o crescimento da participação chinesa no comércio exterior da Venezuela justamente em um período de intensificação da guerra econômica.

<sup>10</sup> Ver <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/venezuela/factsheets/#economy>.

O FCCV é administrado por bancos de desenvolvimento estatais dos dois países<sup>11</sup> e viabilizou também os chamados empréstimos por óleo (*loans-for-oil*, em inglês), que começaram em agosto de 2006 e constituem parcela significativa do investimento chinês subdeclarado que entrou na Venezuela ao longo do período analisado. Esse acordo assegurou cerca de US\$823 milhões para projetos habitacionais na Venezuela. Os contratos de empréstimos provenientes de bancos estatais chineses têm como contrapartida o envio de determinada quantidade diária de barris de petróleo a empresas petrolíferas chinesas através da Petróleos de Venezuela (PDVSA) até a quitação do crédito acordado no contrato.

A PDVSA é a empresa estatal de exploração, produção, refino e comercialização do petróleo venezuelano fundada em 1976, quando houve a estatização da indústria petroleira do país sob o governo de Carlos Andrés Pérez (1974-1979). Por meio do artigo 236 da Constituição Bolivariana de 1999, atribuiu-se ao presidente da República a capacidade de emitir decretos com força de lei através do mecanismo *ley habilitante*, de modo que, em agosto de 2001, por meio do Decreto Nº 1.383, o presidente Hugo Chávez criou uma comissão para a formulação da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos, publicada oficialmente em maio de 2006. Em suma, tal legislação ampliou o controle governamental sobre a PDVSA e alterou a tributação e pagamento de royalties sobre a produção<sup>12</sup>. Em primeiro de maio de 2007, através do Decreto Nº 5.200, o presidente Hugo Chávez nacionalizou, sob comando da PDVSA, as reservas petrolíferas da faixa do Orinoco. A partir de então, a presença de empresas estrangeiras de prospecção e refino de petróleo na região passou a exigir o estabelecimento de empresas mistas sob controle majoritário da estatal venezuelana.

A formalização da atual tendência de cooperação bilateral entre China e Venezuela se deu a partir de 2001 através do Memorando de Entendimento sobre a Cooperação Energética Decenal, que instituiu a criação da Comissão Conjunta de Alto Nível entre ambos os países (Cardona Romero, 2015, p. 23). De um lado, os representantes do Ministério do Poder Popular de Planificação e Desenvolvimento da Venezuela; de outro, a Comissão Nacional de

---

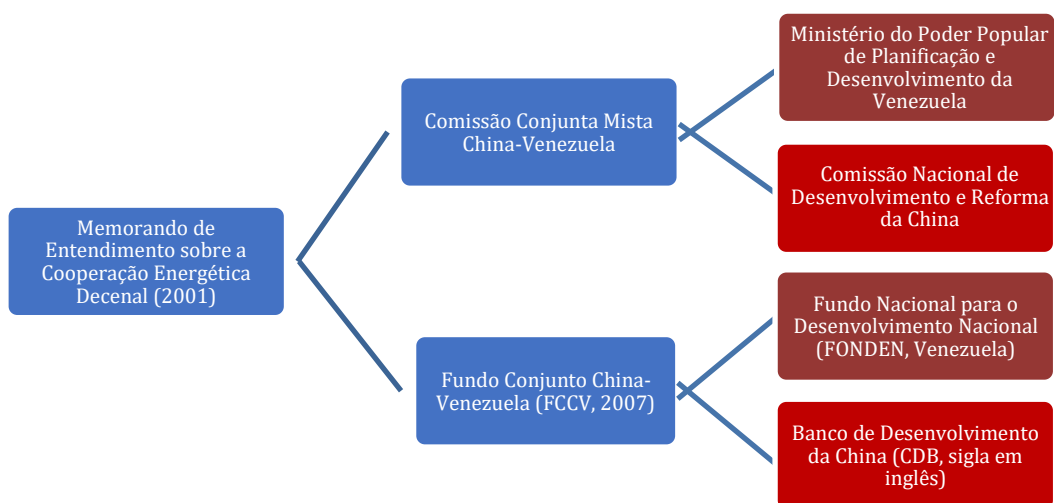
<sup>11</sup> Do lado venezuelano, o fundo é administrado pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela (BANDES) e alimentado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FONDEN). Do lado chinês, é administrado pelo Banco de Desenvolvimento Chinês (CDB, sigla em inglês).

<sup>12</sup> Ver legislação em:

[http://www.pdvsa.com/images/pdf/marcolegal/LEY\\_ORGANICA\\_DE\\_HIDROCARBUROS.pdf](http://www.pdvsa.com/images/pdf/marcolegal/LEY_ORGANICA_DE_HIDROCARBUROS.pdf)

Desenvolvimento e Reforma da China. Esse acordo reduziu barreiras de acesso ao petróleo venezuelano pelas companhias petrolíferas estatais da China, tais como a *China National Petroleum Corporation* (CNPC), a Sinopec e a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) (Kaplan; Penfold, 2019).

**Imagem 1 – Organograma institucional de cooperação bilateral China-Venezuela**



Fonte: adaptado de Cardona Romero (2016, p. 17).

Os empréstimos por óleo funcionaram de forma que a cada nova injeção chinesa de verbas no FCCV, a empresa venezuelana PDVSA assinava um contrato de entrega diária de barris de petróleo para uma petrolífera chinesa. Assim, por meio de tais acordos, foi possível não só pagar os empréstimos recebidos dos bancos chineses, mas também realizar investimentos na exploração do petróleo venezuelano (Gholz; Awan; Ronn, 2017). Até o final de 2016, o fornecimento de petróleo da PDVSA para a China havia ultrapassado 400.000 barris por dia (ou quase um quinto do total das exportações) e seguiu crescendo nos anos seguintes mesmo com a intensificação das sanções econômicas por parte do governo dos EUA (Kaplan; Penfold, 2019; Cohen; Parraga, 2020). Essa situação sinalizou certa diversificação de mercados para o petróleo venezuelano, que até então tinha principalmente os EUA como destino principal. A partir de 2001, os acordos de

cooperação energética com a China modificaram esse quadro (INE, 2018; Gerdel, 2019, p. 3).

De acordo com as informações coletadas pelo *China Global Investment Tracker* (CGIT), numa amostra de 20 países<sup>13</sup>, a Venezuela foi responsável, entre 2005 e 2020, por cerca de 13% do total de créditos subdeclarados emitidos pela China para a América Latina<sup>14</sup>. Estima-se um ingresso de cerca de US\$ 38 bilhões, entre 2007 e 2013, especificamente através dos empréstimos atrelados à venda de petróleo subsidiado (Giacalone; Briceño Ruiz, 2013; Cardona Romero, 2016).

Com a ascensão de Maduro após o falecimento do então presidente Chávez, houve um acirramento da crise associada à guerra econômica entre a burguesia venezuelana e o governo bolivariano (Salas Rodríguez, 2014; Curcio, 2017), em meio a acentuadas quedas nos preços internacionais do petróleo entre 2009-2011 e também à redução na produção da PDVSA entre 2011 e 2019. A estatal venezuelana já se apresentava sobrecarregada com dívidas e uma gestão gravemente enfraquecida (Viscidi; Graham, 2020), uma situação que se agravou devido às sanções econômicas internacionais e aos acordos de redução da produção firmados entre países da OPEP, como o que ocorreu em 2016 (Scrofina, 2012)<sup>15</sup>.

É nesse cenário que a CITGO, empresa subsidiária da PDVSA nos EUA, passou a sofrer sanções por parte do governo norte-americano desde 2017, entre as quais o bloqueio da transferência de recursos para a Venezuela, o reconhecimento do opositor venezuelano Juan Guaidó como controlador dos ativos da CITGO nos EUA e, mais recentemente, a apropriação da empresa pela justiça norte-americana no intuito de liquidá-la<sup>16</sup>. Um dos impactos econômicos mais pronunciados das sanções se deu sobre as condições de financiamento da

---

<sup>13</sup> Em ordem alfabética: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guiana, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Trinidad-Tobago, Uruguai e Venezuela.

<sup>14</sup> Informações coletadas pelo banco de dados públicos *China Global Investment Tracker* (CGIT), organizado pelo *American Enterprise Institute* e que desde 2005 documenta os investimentos chineses em outros países. De acordo com os dados disponíveis, entre 2005 e 2018 o investimento chinês na América do Sul totalizou US\$ 112 bilhões, prevalecendo os setores de Energia e Metais (Oliveira, 2020, p. 104, tabela 17), sendo especificamente para a Venezuela US\$ 30,12 bilhões entre 2005 e 2018. Em 2020, alcançou US\$ 226,32 bilhões na América Latina e Caribe.

<sup>15</sup> Ver: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-38164740>;

<http://www.pdvsa.com/images/DocumentosOficiales/comunicados/COMUNICADOEXTDELACUERDOOPEPNOPEP.pdf>

<sup>16</sup> Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/18/venezuela-denuncia-venda-ilegal-de-empresa-petrolifera-nos-estados-unidos>

PDVSA, que viu bloqueada uma importante fonte de receita em dólares estadunidenses (Weisbrot; Sachs, 2019)<sup>17</sup>.

A partir de então, a China começou a intensificar investimentos diretamente através de *joint-ventures*, garantindo a produção de petróleo para pagar os empréstimos já contraídos. A principal porta de entrada desses investimentos foi o empreendimento conjunto Sinovensa, fundado em 2001 entre a CNPC e a PDVSA, com capital investido de US\$ 330 milhões para produção do combustível *Orimulsión* (Cheng; Shi, p. 110)<sup>18</sup>. Em 2013, a referida *joint venture* recebeu US\$ 4,02 bilhões através do CDB com o objetivo de aumentar a produção de petróleo de 140 mil para 330 mil barris por dia até 2016, reforçando a tendência de fluxos de investimento chineses para a Venezuela (Dreher *et al.*, 2017).

### 3. De onde veio e para onde foi?

A partir da organização das informações compiladas através da base de dados indicada na Introdução, foram observados 57 registros de fluxos subdeclarados de capital chinês para a Venezuela entre 2001 e 2021 estimados em US\$ 147.585.770.817. Descontando deste total os fluxos não recomendados para agregação de dados (10 registros totalizando montante de US\$ 58.307.528.187,12), seja porque se trata de projetos cancelados ou suspensos, tem-se um total de US\$ 89.278.242.630 de capital oriundo da China para a Venezuela no período de 2001 a 2021. Como veremos mais detalhadamente na quarta seção deste trabalho, esses investimentos se caracterizam por permitirem uma articulação entre os departamentos de produção na economia venezuelana e pela ausência de condicionalidades. Quer dizer, são pautados pela não-interferência nos assuntos econômicos internos da Venezuela. Esse tipo de investimento pode ser definido como “capital paciente” (*patient capital*), visto que se estabelece uma relação de longo prazo entre os parceiros na qual empresas não-financeiras receptoras desse tipo de capital ficam protegidas em relação às instabilidades de curto prazo nos

---

<sup>17</sup> Foge aos propósitos deste trabalho investigar as motivações da política externa norte-americana na desestabilização do governo bolivariano, porém chama atenção o fato de as sanções econômicas promovidas pelos EUA contra a Venezuela terem afetado diretamente as condições de financiamento da PDVSA, que é um dos principais instrumentos de ação da estratégia bolivariana de desenvolvimento, notadamente os programas sociais através do *Sistema Nacional de Misiones* inaugurado por Hugo Chávez em 2003.

<sup>18</sup> Ver: [http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin\\_america/newsid\\_1282000/1282785.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_1282000/1282785.stm)

mercados financeiros (Deeg; Hardie, 2016). Desse modo, abre-se espaço para manejo orçamentário sem as condicionalidades implícitas dos fluxos tradicionais.

A orientação de longo prazo das exportações de capital da China no período recente tem levado alguns pesquisadores a considerar que tais fluxos seriam semelhantes aos empréstimos multilaterais financiados pelo Banco Mundial, uma vez que ambos possuem um prazo de maturidade não inferior a dez anos e financiam grandes projetos de infraestrutura em países subdesenvolvidos (Kaplan, 2018). Entretanto, é importante ressaltar que essa assistência chinesa tem ocorrido muitas vezes paralelamente a compromissos com organismos multilaterais, revelando-se muito mais articulada às exigências da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*) promovida pelo presidente Xi Jinping para fomentar vínculos de cooperação econômica com a economia chinesa em escala transnacional (Boffa, 2018; Constantinescu; Ruta, 2018).

Segundo as informações coletadas pela AidData (Custer *et al.*, 2023), os fluxos observados se agrupam em três tipos de intenções: comercial, desenvolvimento ou mista. Em meio a tais empréstimos, constam também os atrelados às remessas futuras de petróleo – empréstimos por óleo –, que parecem ter permitido certa margem de manobra ao governo venezuelano tanto em termos de financiamento quanto de investimento públicos. Contudo, o chamado “risco Venezuela” tem aumentado significativamente na medida em que se intensificaram as sanções econômicas promovidas pelos EUA contra a economia venezuelana, que se encontra abaixo do grau de investimento considerado aceitável no atual sistema monetário internacional sob dominância do dólar estadunidense (The Economist, 04/03/2021)<sup>19</sup>.

Se, por um lado, as sanções têm contribuído para a deterioração das condições macroeconômicas na Venezuela e, com isso, acarretado um recuo nos fluxos de investimento privados no país, de outro, o aparente colapso da economia de mercado venezuelana não parece ter assustado o capital chinês, indicando uma percepção distinta da China a respeito do gerenciamento de risco pautada na

---

<sup>19</sup> Sobre a retomada da hegemonia norte-americana desde os anos 1980 por meio do fortalecimento de seu complexo industrial-militar e de uma agressiva política de valorização do dólar (US\$), ver especialmente o artigo de Tavares (1985). Vale notar que em agosto de 1971 o governo dos EUA deixou de garantir a livre conversibilidade tanto do ouro quanto de moedas estrangeiras para o dólar estadunidense. Tal medida se tornou efetiva no âmbito do sistema monetário internacional quando, em 1978, o FMI legalizou a flutuação cambial e forçou os países signatários dos Acordos de Bretton Woods a se adequarem à nova realidade focada principalmente no lado da oferta das economias (*trickle-down economics*).

garantia de fornecimento de longo prazo do recurso energético (Kaplan, 2019, p. 09-11; Hernández Cordero, 2019). Nesse sentido, a aproximação estratégica da Venezuela com a China parece ter contribuído para estruturar uma dupla economia em transição na Venezuela: uma economia de mercado financiada em dólares estadunidenses passou a conviver com uma economia subvencionada pelo Estado, a qual se desenvolveu a partir do capital chinês em parceria com o governo bolivariano.

### 3.1 *Fondo Conjunto Chino-Venezolano (FCCV)*

O FCCV foi um importante canalizador dos recursos chineses que ingressaram na Venezuela no período em análise. O montante total endereçado ao fundo se dividiu em três tranches (A, B, C)<sup>20</sup> e totalizou US\$ 17 bilhões, entre 2008 e 2014, sendo US\$ 12 bilhões provenientes do CDB e mais US\$ 5 bilhões transferidos do FONDEN. Os recursos ficaram sob administração do BANDES (*Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela*) através do diretório integrado ao Ministério do Poder Popular para a Economia, Finanças e Bancos Públicos e o Ministério do Poder Popular para a Planificação. Por meio deste acordo, a PDVSA se comprometeu a vender 100 mil barris de óleo cru a preços previamente definidos para uma empresa subsidiária da estatal chinesa CNPC até o pagamento completo do montante acordado.

Em 2010, foi aprovada conjuntamente pelos países uma modificação do FCCV, a qual deu origem ao Fondo de Gran Volumen y Largo Plazo (FGVLP), com injeção de cerca de US\$ 20,35 bilhões, com vencimentos de dez anos. Em contrapartida, a PDVSA se comprometeu a vender a preços de mercado pelo menos 200 mil barris de óleo cru por dia em 2010, aumentando progressivamente a quantidade até alcançar 300 mil barris por dia em 2012.

Vale destacar que encontramos alguns registros de fluxos subdeclarados de capital da China para a Venezuela anteriores ao estabelecimento do FCCV. Alguns deles são ambíguos quanto à entrada do montante acordado, pois há casos de projetos não concluídos ou interrompidos. O primeiro desses registros anteriores ao FCCV é de 2001 e diz respeito à linha de crédito inaugural firmada entre os

---

<sup>20</sup> Em finanças, a *tranche* consiste na parcela ou fatia de um contrato de investimento firmado entre partes distintas.

governos chinês e venezuelano para compra de maquinário agrícola no valor de US\$ 18 milhões.

O segundo e o terceiro, ambos do ano de 2002, correspondem, respectivamente, a uma doação feita pelo governo da China para o da Venezuela no valor de US\$ 1,78 milhão para a instalação de um sistema de inspeção de containers e à primeira fase de um projeto de tratamento e distribuição de água no estado Falcón no valor de US\$ 85 milhões. O quarto registro, de 2003, consiste em uma linha de crédito no valor de US\$ 150 milhões para reabilitação dos trechos Cabello-Barquisimeto (137 km) e Yaritagua-Acarigua (67 km), envolvendo o Export-Import Bank of China (China Eximbank), o Yankuang Group Co. e o governo venezuelano. Contudo, há relatos de que houve atrasos no projeto e seu quase abandono a partir de 2007.

O quinto registro anterior ao FCCV é de 2004 e se refere a contratos para aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas em linha com o Plan Excepcional de Desarrollo Economico y Social para el Abastecimiento de Alimentos de la Cesta Basica, Materia Prima para la Elaboracion de Alimentos y Otros Productos Agroalimentarios de Primera Necesidad, no valor de US\$ 40 milhões, envolvendo a PDVSA e o Fondo de Desarrollo Agropecuario, Pesquero, Forestal y Afines (FONDAFA) com agência governamental chinesa não especificada. No sexto registro, de 2005, o Export-Import Bank of China (China Eximbank) forneceu um novo empréstimo para a compra de maquinário e equipamentos agrícolas no valor de US\$ 84,5 milhões. O sétimo registro, também de 2005, diz respeito à segunda fase do projeto de tratamento e distribuição de água no estado Falcón no valor de US\$ 80,3 milhões.

O oitavo registro, de 2006, envolveu um contrato firmado entre o *Ministerio del Poder Popular para el Hábitat y Vivenda* e a empresa estatal de construção civil chinesa CITIC Construction no valor de US\$ 823,5 milhões para o desenvolvimento de um projeto habitacional na Venezuela. O nono registro anterior ao FCCV, de 2006, corresponde a um contrato entre a empresa chinesa CAMC Engineering e o Ministério da Agricultura da Venezuela para dar início à primeira fase do projeto de Reabilitação e Expansão do Sistema de Irrigação de Guarico. O projeto envolvia a reabilitação e a construção de 35 mil hectares de área de irrigação, a reabilitação e a construção de estradas rurais e construção de um centro de agroprocessamento. Custou US\$ 65 milhões. Por fim, já em 2007,

encontramos o décimo registro que diz respeito à terceira fase do projeto de tratamento e distribuição de água no estado Falcón, cujo valor é de US\$ 108,05 milhões.

### 3.1.1 *Fondo Conjunto Chino-Venezolano (FCCV)*

A tranche A inaugurou os investimentos no fundo conjunto em maio de 2008 com US\$ 6 bilhões, sendo US\$ 4 bilhões oriundos do CDB e US\$ 2 bilhões provenientes do FONDEN venezuelano. Ela foi renovada por mais duas vezes, em 2011 e 2014, com novos aportes de origem chinesa que totalizaram US\$ 8 bilhões adicionais.

Em 2006, o governo venezuelano anunciou a criação da Siderúrgica Nacional José Ignacio Abreu e Lima. O projeto custou US\$ 3.871.471.140,34. Embora tenha sido financiado pelo FCCV, não há dados disponíveis a respeito dos montantes das participações chinesa, venezuelana, brasileira e argentina no projeto. A Industria China Venezolana de Taladros (ICVT) foi criada em 2008. Trata-se de uma *joint-venture* entre a PDVSA e a *China Petroleum Technology & Development Corporation*, uma subsidiária da China National Petroleum Corporation (CNPC). O projeto foi financiado com US\$ 150 milhões do FCCV, sendo a participação da empresa chinesa de 15%, ou seja, de US\$ 22,5 milhões. O FCCV financiou, em 2008, a construção da empresa Petrocasas Ventanas I, destinada a produzir portas e janelas para casas pré-fabricadas. O projeto custou US\$ 133,97 milhões, mas não é possível distinguir quais foram as participações chinesa e venezuelana. Ainda em 2008, o FCCV financiou a construção do Complexo Petroquímico Morón em Carabobo. O projeto custou US\$ 2.227.070.000,00, dos quais US\$ 657 milhões constituem empréstimo do fundo conjunto, US\$ 1,396 bilhão foi financiado pelo FONDEN e US\$ 349 milhões foram injetados pela PDVSA.

O FCCV utilizou US\$ 337 milhões para construir, a partir de 2008, a usina elétrica Juan Bautista Arismendi. A construção estava prevista para terminar em 2011 e a usina estava projetada para produzir 170 megawatts de energia. A construção terminou em 2018 e a capacidade de produção de energia é de 140 megawatts. Novamente, não há informações disponíveis sobre as participações do capital chinês e do capital venezuelano. O FCCV financiou o Projeto de Agricultura Socialista em Maracaibo, avaliado em US\$ 782 milhões. Não há

informações claras sobre quais foram a participação do CDB e do FONDEN. Em 2008, a empresa chinesa CAMC Engineering assinou um contrato que dava início à segunda fase do projeto de Reabilitação e Expansão do Sistema de Irrigação de Guarico. O custo foi de US\$ 135 milhões.

Em 2009, o FCCV forneceu US\$ 135 milhões em empréstimo para a construção da usina elétrica Termozulia II. A inauguração foi em 2010 e a capacidade de produção de energia é de 150 megawatts. Não há, porém, dados disponíveis sobre as participações chinesa e venezuelana no projeto. A construção da usina elétrica TermoCentro também foi financiada com o fundo conjunto. O custo foi de US\$ 2,178 bilhões. Não há dados disponíveis sobre as participações chinesa e venezuelana no projeto. Em julho de 2014, quando China e Venezuela renovaram a Tranche A, estabeleceram também um acordo para a criação de uma joint-venture entre a Agropatria e a Sinochen Agro, chamada Agrochem, para o desenvolvimento de fertilizantes. O projeto custou US\$ 15.224.047. Não há informações sobre as participações chinesa e venezuelana.

### 3.1.2 Tranche B

A tranche B teve início em fevereiro de 2009 com o aporte de US\$ 4 bilhões do CDB no FCCV, além de uma série de compromissos de cooperação nas áreas de petróleo, agricultura e telecomunicações. Em abril de 2009, China e Venezuela assinaram um acordo comercial avaliado em US\$ 308 milhões referente à expansão e restauração do sistema de irrigação do Rio Guarico. Em agosto de 2009, a empresa chinesa CAMC Engineering se comprometeu a executar a terceira fase do projeto de irrigação no distrito de Calabozo, no estado de Guarico. O projeto foi avaliado em US\$ 150 milhões.

Em outubro de 2009, o governo venezuelano inaugurou o primeiro projeto em âmbito urbano financiado pela Tranche A do FCCV: a Compañía Venezolana de Telecomunicaciones (Vtelca), uma fábrica de celulares na cidade de Punto Fijo, estado de Falcón. Trata-se de uma estatal venezuelana com parte do seu capital de propriedade da empresa chinesa ZTE (15%), que produziu, até o ano de 2019, 7,8 milhões de celulares<sup>21</sup>. Além da Vtelca, outra indústria eletrônica de capital misto

---

<sup>21</sup> Ver: <https://supchina.com/2019/01/07/venezuela-china-explained/>

nasceu em 2010: a Orinoquia. Essa companhia foi constituída por 65% de ações do Estado venezuelano e 35% de ações da empresa chinesa Huawei Technologies.

Ainda em 2009, o governo da Venezuela utilizou US\$ 300,2 milhões do FCCV para ajudar empresas nacionais de alumínio, ferro e aço em dificuldades econômicas. Não há dados sobre as participações de China e Venezuela no empréstimo. Em dezembro de 2009, a CAMC Engineering financiou a terceira fase do projeto de Reabilitação e Expansão do Sistema de Irrigação de Guarico, avaliada em 312 milhões de dólares. Também em dezembro de 2009, o CDB e o BANDES assinaram um acordo de financiamento de pré-exportação no valor de US\$ 1 bilhão. Os recursos do empréstimo seriam usados no aperfeiçoamento da produção de minério de ferro da Venezuela e na ampliação da capacidade de produção da CVG Ferrominera Orinoco no estado de Bolívar, no sul do país. O acordo de empréstimo especificava que empresas chinesas seriam contratadas para apoiar a implementação do projeto. A contrapartida venezuelana seria a venda de 42,96 milhões de toneladas de minério de ferro da CVG Ferrominera Orinoco para a Wuhan Iron and Steel Corporation (Wisco) ao longo de um período de 8 anos. De acordo com os termos do contrato, a CVG Ferrominera Orinoco tinha de entregar à Wisco uma primeira parcela de 160 mil toneladas de minério de ferro em outubro de 2009. Mais duas entregas se seguiriam: uma de 160 mil toneladas em novembro de 2009 e outra de 140 mil toneladas em dezembro de 2009. No entanto, a cota prevista para o último trimestre de 2009 só pode ser cumprida no ano seguinte. No primeiro semestre de 2010, a CVG Ferrominera Orinoco entregou 460 mil toneladas de minério de ferro. Para 2010, a cota acordada foi de 4 milhões de toneladas, o que correspondeu a 29% da produção total da CVG Ferrominera Orinoco naquele ano. Em 2011, a empresa tinha de entregar uma cota de 6 milhões de toneladas, ou 35% da produção total anual. Em 2012, a cota subiu para 6,5 milhões de toneladas, cerca de 43% da produção anual. Os últimos dados disponíveis indicam que, entre 2017 e 2018, a CVG Ferrominera Orinoco exportou cerca de 3 milhões de toneladas de minério de ferro por ano para a China.

Alguns acordos importantes foram estabelecidos em 2010, com destaque para o de facilitação de crédito para a PDVSA no valor de US\$ 1,5 bilhão. O CDB participou com US\$ 589 milhões no acordo, enquanto o *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC) e o *China Construction Bank* (CCB) forneceram US\$ 50.611.111,11 cada. Em março de 2010, a empresa chinesa

Sinohydro e a PDVSA assinaram um contrato para a construção da usina termelétrica La Cabrera, em Maracay. O custo total do projeto foi de US\$ 603,57 milhões, mas não há dados disponíveis sobre as participações chinesa e venezuelana.

Em março de 2011, o governo venezuelano assinou um contrato com a empresa chinesa XCMG para a compra de equipamentos que seriam utilizados na construção de unidades habitacionais. O valor foi de US\$ 744,6 milhões. Em 2011, O FCCV destinou US\$ 219.457.908 para projetos da Gran Mision Vivienda Venezuela (GMVV), o projeto habitacional venezuelano iniciado em abril de 2011. Em novembro de 2011, o governo venezuelano inaugurou 100 mil casas no Conjunto Habitacional Turmerito, em Caracas. Também em novembro, iniciou-se a construção de 1488 casas no Conjunto Habitacional Playa Grande. Ainda no segundo semestre de 2011, a empresa venezuelana Alcasa assinou um acordo com a China Aluminum International Engineering Company (Chalieco) para aprimorar seu desempenho na fundição de alumínio. O projeto custou US\$ 403 milhões.

Outro projeto, assinado em 2012, definia a criação de uma joint venture entre a empresa chinesa Haier e a venezuelana Corporación de Industrias Intermedias de Venezuela S. A. (Corpivensa). Os recursos tinham como objetivo a construção, num primeiro momento, de um centro de pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos e, posteriormente, a construção dos locais de fabricação dos eletrodomésticos da linha branca. A Haier investiu US\$ 143 milhões na instalação do complexo fabril. A divisão do capital previa que 85% das ações eram do Estado venezuelano, prevendo uma capacidade de produção de 70% da produção nacional de refrigeradores e 63% da produção de lavadoras<sup>22</sup>. Através do programa Mi Casa Bien Equipada, a empresa beneficiou 500 mil famílias até 2014. Os recursos do fundo também foram usados na recuperação fiscal da empresa estatal venezuelana de energia Corpoelec.

Em janeiro de 2012, o ICBC aprovou o empréstimo de US\$ 4 bilhões para projetos de moradia que seriam executados conjuntamente pela CITIC Construction e pela PDVSA. O acordo era lastreado em petróleo, ou seja, garantido pelas futuras vendas de petróleo da PDVSA para a China National United Oil Corporation (ChinaOil). É mais um projeto que integra a *Gran Misión Vivienda*

---

<sup>22</sup> Ver: <https://www.americaeconomia.com/economia-mercados/finanzas/venezuela-y-china-fortalecen-cooperacion-comercial>

*Venezuela* (GMVV). Um desembolso inicial de US\$ 1,5 bilhão ocorreu em fevereiro de 2012 para o início da construção das 13 mil casas do Projeto Habitacional Social de Tiuna, dentro da base militar de Tiuna ('Fuerte Tiuna'), em Caracas. Em fevereiro de 2012, a PDVSA firmou um contrato de financiamento de pré-exportação de US\$ 1,5 bilhão com o ICBC. O empréstimo seria pago com as vendas de petróleo da PDVSA para a ChinaOil. No mesmo mês, o CDB emprestou US\$ 500 milhões à PDVSA. Em março de 2012, foram anunciados planos para a construção de um cabo de transmissão de Chacopata à Ilha Margarita. Em junho de 2012, a Corpoelec assinou um contrato com a empresa chinesa ZTE para a construção de um cabo de 160km de extensão. O investimento foi de US\$ 275 milhões.

Em junho de 2012, os governos chinês e venezuelano assinaram um contrato para a construção de uma linha de transmissão que conectasse as usinas de Tocomá e Uribante. O contrato inclui a construção de oito subestações e a modernização do sistema de distribuição elétrica na região centro-oeste do país. O consórcio chinês responsável pelo projeto é composto pela CAMC Engineering, China Gezhouba Group e China Electric Power Equipment and Technology Co. O contrato tem valor de US\$ 1,315 bilhão. Em julho de 2012, a PDVSA firmou um contrato no valor de US\$ 2,993 bilhões com a empresa chinesa Wison Engineering Ltd. e as sul-coreanas Hyundai Engineering & Construction Co. Ltd. e Hyundai Engineering Co. Ltd. para o projeto da Refinaria de Puerto La Cruz. A participação da Wison Engineering Ltd. foi de US\$ 927,8 milhões. Um mês antes, em junho de 2012, o Credit Suisse AG e o ICBC assinaram um contrato de empréstimo de US\$ 1 bilhão com a PDVSA para o mesmo projeto. Neste caso, não há dados disponíveis sobre a participação exata do banco chinês.

Em junho de 2013, o CDB assinou um contrato de empréstimo de US\$ 4,015 bilhões com Sinovensa. O objetivo era construir as instalações do campo de petróleo de Morichal, no Cinturão Petrolífero do Orinoco. Com isso, a capacidade de produção diária da Sinovensa aumentaria de 90 mil barris para 330 mil barris até 2014. Em março de 2014, o governo venezuelano aprovou o uso de US\$ 375 milhões do FCCV para quatro projetos de melhoria do sistema elétrico nacional. Dentre os objetivos estavam a compra de novos equipamentos para o sistema elétrico venezuelano, a reforma da iluminação pública e a construção de

subestações de transmissão. Faltam dados a respeito das participações chinesa e venezuelana.

### 3.1.3 Tranche C

Em setembro de 2013, os governos chinês e venezuelano fizeram um aporte adicional de US\$ 5 bilhões ao fundo conjunto. No primeiro acordo da Tranche C do FCCV, o China Eximbank firmou um contrato de empréstimo de US\$ 391 milhões com a PDVSA para a construção do Terminal Marítimo de Pequiven. O objetivo era construir um terminal portuário para a Petroquímica de Venezuela, S.A. (Pequiven), empresa petroquímica estatal venezuelana. O terminal portuário facilitaria a exportação de ureia e amoníaco para a China. Em outubro de 2014, o FCCV financiou a construção do satélite VRSS-2. Não há dados sobre as participações chinesa e venezuelana.

A construção da Autopista Santa Lucia-Kempis custou ao FCCV, em 2014, US\$ 600 milhões. O projeto foi executado pela China Hydropower Co., a qual possui 80% de participação no contrato. O objetivo era a construção de 20km adicionais de rodovia e a implementação de pistas adicionais nos 4km existentes da rodovia. Em dezembro de 2014, o CDB firmou um contrato de empréstimo de US\$ 1,5 bilhão com a PDVSA. O pagamento seria garantido pelas vendas de petróleo da PDVSA para a ChinaOil. Em julho de 2014, o China Eximbank firmou um acordo de facilitação de crédito com a PDVSA. Os recursos financiariam a exploração mineral, a construção de uma fábrica de cimento e a compra de 1.500 ônibus da empresa chinesa Zhengzhou Yutong Bus Co. Ltd. O valor do empréstimo é de 1 bilhão.

Em março de 2015, o governo chinês concedeu um empréstimo de US\$ 10 bilhões para que o governo da Venezuela pudesse enfrentar o desequilíbrio no balanço de pagamentos causado pela queda dos preços do petróleo. Em dezembro de 2016, Maduro lançou o programa Cartão da Pátria. Tratava-se de um cadastro nacional para a distribuição de alimentos. A partir de 2018, também seria possível pagar transporte público, contas e compras eletrônicas através do cartão. Em janeiro de 2021, o programa contava com 21,2 milhões de usuários registrados, cerca de 75% da população. O projeto Cartão da Pátria foi financiado com US\$ 70 milhões do FCCV. Em novembro de 2016, o CDB concedeu um empréstimo de US\$ 2,2 bilhões à PDVSA. O objetivo era a construção de uma usina de

desidratação e dessalinização em Anzoátegui e a expansão da Usina de Processamento Jose, em Anzoátegui. O empréstimo seria garantido pelas vendas de petróleo da PDVSA para a ChinaOil.

### **3.2 Fondo de Gran Volumen y Largo Plazo (FGVLP)**

O primeiro dos registros associados ao FGVLP, em 2010, é o financiamento da construção da Unidad de Producción Primaria Socialista Jirajara. O financiamento chinês permitiu a expansão da área de plantação em 5.459 hectares. O projeto se dedica à produção de cana de açúcar e custou US\$ 5.453.320,10. Não há dados disponíveis a respeito das participações chinesa e venezuelana no projeto. Em junho de 2010, iniciou-se o Proyecto Integral de Desarrollo Agrario Delta Orinoco, com financiamento de US\$ 200 milhões do FCCV. O projeto consistiu na construção de 20 silos de armazenamento de arroz com capacidade de 2 mil toneladas cada, 90,5km de canais de irrigação, 36km de estradas, uma usina elétrica com capacidade de produção de 10 megawatts de energia, 27km de linhas de transmissão, uma granja para 80 mil galinhas, um laboratório agrícola de 270m<sup>2</sup> e uma estação de bombeamento de água. O projeto envolvia ainda a construção de uma fábrica de embalagem de arroz, uma fábrica de processamento de sementes de arroz e duas pontes conectando as ilhas Coguina, Manamito e Guara. Não há, porém, dados disponíveis sobre as participações chinesa e venezuelana no projeto. Em agosto de 2010, o FGVLP financiou o Proyecto de Desarrollo Agrícola Integral Municipio Guanarito. O projeto custou US\$ 32.379.255,93, mas igualmente não há dados sobre as participações chinesa e venezuelana.

Em 2010, o FGVLP destinou US\$ 5,5 bilhões para a construção das usinas Termoeléctrica Planta Centro, Termoeléctrica El Vigia, TermoCarabobo I e El Chorrín. Não há dados disponíveis sobre a participação chinesa e venezuelana na construção das quatro usinas. O FGVLP também financiou projetos de agricultura socialista nas regiões de Guarico, Apure, Delta Amacuro, Barinas e Portuguesa em 2010. O Projeto de Desenvolvimento Agrário Socialista do Río Tiznado, o Projeto de Desenvolvimento Agrícola de Delta Amacuro e o Projeto de Irrigação de Santo Domingo custaram US\$ 682 milhões. Não há dados sobre as participações chinesa e venezuelana. O FGVLP destinou US\$ 161,5 milhões, em 2011, para o projeto de dragagem do canal de navegação do rio Orinoco, no trecho entre Ciudad Guayana e a foz do Oceano Atlântico. O projeto faz parte do plano para a recuperação da

capacidade de transporte de minério de ferro e aço. Também não há dados sobre as participações chinesa e venezuelana no projeto.

Em 2011, o governo venezuelano aprovou o repasse de US\$ 255,7 milhões do FGVLP para a expansão do Metrô de Caracas e do Metrô de Los Teques. No primeiro caso, as obras atingiam uma extensão de 12km, enquanto no segundo, de 11,2km. Faltam dados sobre as participações chinesa e venezuelana no projeto. Em julho de 2012, Chávez inaugurou a Usina de Polietenos no Porto de Altagracia. O projeto custou US\$ 3,802 bilhões, mas tampouco há informações sobre as participações chinesa e venezuelana.

Na próxima seção, analisaremos o impacto do conjunto dos investimentos chineses discriminados na base de dados AidData's Global Chinese Official Finance Dataset, 2000-2021 v. 3.0 a partir das transformações da estrutura da oferta na economia venezuelana no período em análise.

#### **4. Análise dos investimentos chineses de acordo com o estruturalismo latino-americano**

Em A economia latino-americana, Celso Furtado (2019) argumenta que os países latino-americanos, que se inseriram na divisão internacional do trabalho, a partir de meados do século XIX, como exportadores de produtos agrícolas e de produtos minerais, ou seja, através de uma simplificação da estrutura de oferta interna e da diversificação da demanda global, apresentam duas fases de industrialização. Na primeira, a formação de um mercado interno para a produção industrial é resultado da “elevação de produtividade causada pela especialização externa” (Furtado, 2019, p. 116). Tão logo o assalariamento se torna o regime de trabalho predominante no setor exportador dos países latino-americanos, desenvolvem-se ramos industriais vinculados à produção de meios de consumo para a massa de trabalhadores antes abastecidos por uma economia de subsistência no interior das fazendas e que passam a obter seus meios de vida pelo mercado, seja através da produção interna ou pelas importações.

A capacidade do setor exportador para induzir o início da industrialização depende das características da formação econômica de cada país. Furtado (2019) distingue cinco fatores que ajudam a explicar as diferenças na “transição para uma economia industrial” (Furtado, 2019, p. 193) na região: 1) a natureza da atividade exportadora, visto que a produção agrícola e a atividade mineradora absorvem

quantidades de mão de obra distintas; 2) a infraestrutura exigida pela atividade mineradora, pois a exportação de produtos agrícolas de clima tropical e de clima temperado demanda a criação de uma rede de transportes mais abrangente do que a exportação de produtos minerais; 3) a propriedade dos investimentos realizados no setor exportador, pois há maior incidência de propriedade estrangeira na atividade mineradora, o que significa que a renda gerada no setor não fica no país; 4) a taxa de salário do setor exportador, que pode variar conforme as diferenças de transição para o assalariamento; e 5) o tamanho do setor exportador, que reflete, em grande medida, a dimensão geográfica e demográfica do país.

Até a crise de 1929, o desenvolvimento de ramos industriais vinculados à produção de meios de consumo havia sido um reflexo da expansão das exportações. Em sua segunda fase, desencadeada pela crise, a industrialização é induzida “pelo declínio, ou crescimento insuficiente, do setor exportador”<sup>23</sup>. Furtado (2019) argumenta que a industrialização impulsionada pela expansão das exportações já apresentava sintomas de esgotamento antes da crise de 1929. Os ramos industriais vinculados à produção de meios de consumo são, nas palavras de Furtado (2019), “de escasso poder germinativo” (Furtado, 2019, p. 204). Embora cresçam rapidamente por ocuparem o lugar de produtos anteriormente importados, trata-se de um crescimento que “assume essencialmente a forma de adição de novas unidades de produção, similares à preexistentes” (Furtado, 2019, p. 204). Não há ampliação da diversidade produtiva. Tais ramos apenas reforçam a constituição do mercado interno e nisso só se diferenciam da agricultura de exportação porque esta depende da demanda externa ao país, enquanto as indústrias dependem do aumento do mercado interno criado pela expansão das exportações. “Na verdade, o setor industrial se comportava como um multiplicador de emprego do setor exportador” (Furtado, 2019, p. 205). Os ramos vinculados à produção de meios de consumo só atingem um desenvolvimento autônomo quando se articulam aos ramos que compõem o departamento de produção de meios de produção.

A contração das divisas geradas pelo setor exportador e a consequente redução da capacidade de importar são o estopim da segunda fase do processo de industrialização dos países latino-americanos. Para Furtado (2019), a

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 123.

industrialização por substituição de importações explicita tensões estruturais entre o perfil da demanda e a composição da oferta em economias que se inseriram na divisão internacional do trabalho pela produção de produtos agrícolas e minerais. Na fase de industrialização induzida pela expansão do setor exportador, a ampliação da oferta de produtos primários significa a diversificação de um segmento da demanda interna cujo consumo era atendido crescentemente por importações. O quadro muda com a industrialização substitutiva de importações. Não apenas cai a capacidade para importar, como a pauta de importações passa a ser crescentemente constituída por insumos industriais. Na fase anterior, o desenvolvimento está associado às transformações no perfil da demanda, nesta, às transformações na composição da oferta.

São as dificuldades de adequação da estrutura da oferta à demanda interna que Furtado (2019) lê como focos de pressão inflacionária da industrialização substitutiva de importações. Furtado enumera cinco indicadores do desajuste. São eles que nos servirão de guia para a análise dos investimentos chineses na Venezuela. Em primeiro lugar está a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, pois, ao contrário da produção agrícola de exportação, baseada na monocultura e cujo crescimento se efetua de maneira extensiva, a produção agrícola para o mercado interno teria de ser diversificada, maleável às modificações na demanda e de alta produtividade.

O segundo fator de tensão entre oferta e demanda é a inadequação da infraestrutura de transportes e financeira. Produtos homogêneos de exportação exigem redes de transporte que se restringem a ligar a unidade produtiva aos portos, enquanto a expansão da produção agrícola para o mercado interno e a ampliação do setor industrial se alicerçam em redes mais complexas. Da mesma maneira, o financiamento de produtos homogêneos de exportação, que possuem demanda assegurada nas economias centrais, é distinto do financiamento de produtos agrícolas diversificados para o mercado interno.

O terceiro foco inflacionário é a inadequação da mão de obra. Embora as economias latino-americanas contassem com oferta abundante de força de trabalho, era escassa aquela tecnicamente adequada às atividades industriais. O quarto fator mencionado por Furtado (2019) é a inadequação das estruturas fiscais. Como as fontes de arrecadação dos governos latino-americanos estavam essencialmente vinculadas, desde a etapa colonial, aos impostos sobre as

importações, a transformação da composição da oferta, tão dependente da atuação estatal, se inicia com uma fonte de receita mais restrita. Por fim, Furtado (2019) argumenta que a mudança na composição da oferta se dá em condições de pressão sobre o balanço de pagamentos e, portanto, com aumento do preço relativo de máquinas e equipamentos. Na verdade, considerando os obstáculos decorrentes das limitadas dimensões desse mercado, o departamento de produção de meios de produção só é incorporado quando os preços relativos de máquinas e equipamentos alcançam preços elevados.

Na Tabela 2, propomos classificar as transformações da composição da oferta requeridas pelo processo de industrialização por substituição de importações em quatro categorias: 1) produção de alimentos (e de demais meios de consumo necessários) para o mercado interno; 2) infraestrutura de transportes e de comunicação; 3) infraestrutura financeira; e 4) departamento de produção de meio de produção. A proposta é verificar em que medida os investimentos chineses podem ser interpretados como capazes de operar uma transformação estrutural na oferta interna venezuelana. De acordo com as informações descritas na seção anterior, os fluxos de capital destinados à produção de alimentos e demais meios de consumo necessários para o mercado interno alcançam US\$ 6.673.600.000, o que corresponde a 20,55% dos registros dos investimentos chineses. Já os investimentos associados à infraestrutura de transporte e de comunicação somam US\$ 631.780.000, ou 1,95% dos registros totais. Na área de infraestrutura financeira, há um registro de US\$ 10 bilhões para sanar problemas de balanço de pagamentos, equivalentes a 30,79% dos registros totais. Por fim, a incorporação do departamento de produção de meios de produção alcança US\$ 15.169.872.222, o que corresponde a 46,71% dos registros totais.

**Tabela 1 – Parâmetros do Modelo – Cenário Base**

<b>Ano</b>	<b>Produção de alimentos (e de demais meios de consumo necessários) para o mercado interno</b>	<b>Infraestrutura de transportes e de comunicação</b>	<b>Infraestrutura financeira</b>	<b>Departamento de produção de meios de produção</b>
2001	- Projetos de melhoramento agrícola (US\$ 18 milhões em empréstimo)			
2002		- Sistema de inspeção de containers (US\$		- Primeira fase do projeto de tratamento

		1,78 milhão em doação)		e distribuição de água no estado Falcón (US\$ 85 milhões em empréstimo)
2003		- Restauração das ferrovias Cabello- Barquisimeto e Yaritagua-Acarigua (US\$ 150 milhões em empréstimo)		
2004	- Maquinário agrícola (US\$ 40 milhões em empréstimo)			
2005	- Maquinário agrícola (US\$ 84,5 milhões em empréstimo)			- Segunda fase do projeto de tratamento e distribuição de água no estado Falcón (US\$ 80,3 milhões em empréstimo)
2006	- Construção de moradias (US\$ 823,5 milhões em empréstimo) - Primeira fase do Projeto de Reabilitação e Expansão do Sistema de Irrigação de Guarico (US\$ 65 milhões em empréstimo)			
2007				- Terceira fase do projeto de tratamento e distribuição de água no estado Falcón (US\$ 108,05 milhões em empréstimo)
2008	- Segunda fase do Projeto de Reabilitação e Expansão do Sistema de Irrigação de Guarico (US\$ 135 milhões em empréstimo)			- Complexo Petroquímico Morón em Carabobo (US\$ 657 milhões em empréstimo) - Criação da Industria China Venezuelana de Taladros (ICVT) (US\$ 22,5 milhões em empréstimo)
2009	- Expansão e restauração do sistema de irrigação do Rio Guarico (US\$ 308 milhões em empréstimos)			- Segunda fase do Projeto de Reabilitação e Expansão do Sistema de Irrigação de

	- Terceira fase do Projeto de Reabilitação e Expansão do Sistema de Irrigação de Guarico (US\$ 312 milhões em empréstimo)			Guarico (US\$ 135 milhões em empréstimo)
2010				- PDVSA (US\$ 690.222.222,22 em empréstimo)
2011	- Compra de equipamentos para a construção de unidades habitacionais (US\$ 744,6 milhões em empréstimo)			- Empresa produtora de alumínio Alcasa (US\$ 403 milhões em empréstimo)
2012	- Joint-venture de produção de eletrodomésticos (US\$ 143 milhões em empréstimos) - Projetos de moradia (US\$ 4 bilhões em empréstimos)			- PDVSA (US\$ 1,5 bilhão em empréstimo) - PDVSA (US\$ 500 milhões em empréstimo) - Construção de cabo de transmissão pela Corpoelec (US\$ 275 milhões em empréstimo) - Construção de linha de transmissão por consórcio chinês (US\$ 1,315 bilhão em empréstimo) - PDVSA (US\$ 927,8 milhões em empréstimo)
2013				- Sinovensa (US\$ 4,015 bilhões em empréstimo) - PDVSA (US\$ 391 milhões em empréstimo)
2014		- Construção da Autopista Santa Lucia-Kempis (US\$ 480 milhões em empréstimo)		- PDVSA (US\$ 1 bilhão em empréstimo)
2015			- Auxílio para o balanço de pagamentos (US\$ 10 bilhões em empréstimo)	

2016				- PDVSA (US\$ 2,2 bilhões em empréstimo)
<b>Total</b>	<b>US\$ 6.673.600.000</b>	<b>US\$ 631.780.000</b>	<b>US\$ 10.000.000.000</b>	<b>US\$ 15.169.872.222</b>

Fonte: elaboração própria.

A natureza dos empréstimos chineses parece fortalecer uma articulação entre a produção de meios de consumo e a produção de meios de produção. Isso se nota, por exemplo, através do aparecimento de um ramo industrial relativamente integrado envolvendo a produção, a difusão e a comunicação, o qual se observa através da criação das empresas estatais produtoras de aparelhos de telecomunicação, como a VTelca, a Orinoquia, assim como produtoras de conteúdo informacional, como é o caso da multi-estatal Telesur. Se considerarmos ainda o lançamento do satélite artificial Venesat 1, em 2008, produzido com tecnologia chinesa para transmissão de dados, pode-se perceber que, comparado com o período anterior à chamada revolução bolivariana, houve um encadeamento de ramos da produção social venezuelana promovidos pelo setor público.

Os empréstimos lastreados em petróleo ou em minério de ferro, que permitem que a China tenha acesso às matérias-primas e aos insumos e que são a garantia contratual dos fluxos de capital mais robustos no período em análise, parecem gerar uma articulação de departamentos de produção a que Furtado associava e formação de um mercado interno. Em particular, percebe-se uma modificação nas condições e capacidade para produção e distribuição de alimentos da cesta básica de subsistência. Nesse sentido, como se pode notar na Tabela 2, mapeamos empreendimentos voltados ao aprimoramento da produção alimentar para o mercado interno, tais como projetos de irrigação e aquisição de maquinário agrícola. O desenvolvimento das chamadas “fazendas socialistas” através das comunas rurais, fomentadas pelos governos bolivarianos, como também a criação dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), em 2016, voltado para a distribuição de cestas básicas por todo o país, parece ter contribuído para o enfrentamento da dependência do país da importação de alimentos, ou ao menos para atenuá-la em alguma medida.

Ainda que os entraves próprios a uma economia subdesenvolvida com abundância de divisas, como é o caso da venezuelana, limitem as possibilidades endógenas de desenvolvimento da mesma, parece haver elementos objetivos que

indiquem algo novo. A combinação entre autonomia e financiamento estatal na construção das comunas venezuelanas, como sustenta Cicariello-Maher (2020, p. 125-128), a qual não parece ter sido possível sem os fluxos de capital da China para a Venezuela, pode ter contribuído para uma organização política nacional que conecte os frutos da indústria petroleira com boa parte da população.

Foge aos propósitos deste trabalho investigar os mecanismos específicos pelos quais isso se deu, ou ainda confirmar sua validade. Entendemos que as observações coletadas demonstram que é crível argumentar sobre a existência de uma base material objetiva que permitiu a sustentação política dos governos bolivarianos mesmo sob as sanções econômicas dos EUA e União Europeia. No entanto, isso não isenta a economia política bolivariana de contradições e limites, por isso a importância da investigação para atualizar sobre a continuidade dos fluxos de capital da China para a Venezuela no intuito de observar suas tendências e contratendências.

## 5. Considerações finais

O mapeamento dos fluxos subdeclarados de capital chinês para a economia venezuelana entre 2011 e 2021 sugere a formação de alguma diversificação produtiva na economia venezuelana, o que por sua vez pode ajudar a explicar a sustentação política dos governos bolivarianos. Assim, a exportação de capital chinês pode não ser mera reforçadora do extrativismo petroleiro. É nesse sentido que se deve analisar, por exemplo, a formação do Arco Minero del Orinoco, zona de desenvolvimento estratégico criada pelo Decreto 2.248 de fevereiro de 2016, que busca a transição do rentismo petroleiro em direção a uma diversificação das atividades econômicas por meio do estímulo às atividades associadas à mineração.

Além disso, a natureza dos empréstimos chineses parece ter permitido que a Venezuela se livrasse, em alguma medida, das amarras das classificações de risco para investidores internacionais, especialmente durante a crise financeira de 2007-2008 e no acirramento da crise econômica e política interna entre 2016 e 2019. Há, portanto, uma base material para o apoio popular aos governos bolivarianos mesmo em contexto de deterioração da economia de mercado do país, a qual se constituiu mesmo sob sanções econômicas. Os empréstimos chineses ajudaram a constituir na Venezuela uma dupla economia em transição: de um lado, uma economia de mercado em colapso, especialmente em razão das sanções

internacionais e das flutuações do preço do petróleo; de outro, uma economia interna, subvencionada pelo Estado, em plena ascensão. Com isso, acirrou-se a guerra econômica entre o governo bolivariano e as frações comercial e financeira da burguesia venezuelana sob patrocínio dos EUA.

A orientação das exportações de capital chinês para a Venezuela sugere que uma resposta do país asiático à tendência declinante da taxa de lucro parece estar na busca pelo barateamento dos elementos do capital constante na China. Como, porém, a parceria estabelecida entre China e Venezuela possibilitou uma maior articulação entre os departamentos de produção na economia venezuelana através dos investimentos na PDVSA, o objetivo chinês só é atingido com o fortalecimento do mercado interno venezuelano, o que reforça o interesse na aproximação estratégica entre ambos os países. Além disso, o estudo pode ajudar a iluminar a compreensão das possibilidades para as economias nacionais subdesenvolvidas ou periféricas de enfrentar o peso das sanções econômicas e sustentar certa capacidade de comando dessas economias.

## Referências

AWAN, U. *China's motivations behind "loan-for-oil" deals*. 2014. Dissertação (Mestrado em Energy and Earth Resources) – University of Texas at Austin, Austin, 2014.

BOFFA, M. *Trade linkages between the Belt and Road economies*. World Bank Policy Research Working Paper, n. 8423, 2018.

CARDONA ROMERO, A. M. *El rol de la cooperación energética en la política exterior china: caso Venezuela (2001–2014)*. 2015. Trabajo de Grado (Relaciones Internacionales) – Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, Bogotá, 2015.

CARDONA ROMERO, A. M. *China en Venezuela: los préstamos por petróleo*. China en América Latina – Estudios Nacionales. Asociación Ambiente y Sociedad, nov. 2016.

CEPAL. *Preliminary overview of the economies of Latin America and the Caribbean 2021*. Santiago: CEPAL, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/55449>. Acesso em: 11 out. 2024.

CGIT – CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. *China Global Investment Tracker*. Washington: American Enterprise Institute; The Heritage Foundation,

2005–2020. Disponível em: <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: fev. 2021.

CHENG, J. Y. S.; SHI, H. Sino-Venezuelan relations: beyond oil. *Issues & Studies*, Taipei, v. 44, n. 3, 2008.

CICCARIELLO-MAHER, G. *Construindo a comuna: democracia radical na Venezuela*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

COHEN, L.; PARRAGA, M. Exclusive: Venezuela resumes direct oil shipments to China despite U.S. sanctions. *Reuters*, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: fev. 2021.

CONSTANTINESCU, C.; RUTA, M. *How old is the Belt and Road Initiative? Long-term patterns of Chinese exports to BRI countries*. MTI Practice Note, n. 6. Washington: World Bank Group, 2018.

CUSTER, S. *et al.* *Tracking Chinese Development Finance: an application of AidData's TUFF 3.0 methodology*. Williamsburg: AidData at William & Mary, 2023. Disponível em: <https://www.aiddata.org>. Acesso em: dez. 2023.

CVE-CHINA. *China y Venezuela: una asociación estratégica integral (2018–2019)*. Caracas: Centro Venezolano de Estudios sobre China, jul. 2019. Disponível em: <https://cvechina.files.wordpress.com>. Acesso em: jan. 2021.

DEEG, R.; HARDIE, I. What is patient capital and who supplies it? *Socio-Economic Review*, v. 14, n. 4, 2016.

DREHER, A. *et al.* *Aid, China, and growth: evidence from a new global development finance dataset*. AidData Working Paper, n. 46. Williamsburg, VA: AidData, 2017.

DUSSEL PETERS, E. *Monitor de la infraestructura china en América Latina y el Caribe 2020*. México: Red ALC-China, 2020. Disponível em: <https://www.redalc-china.org>. Acesso em: jan. 2021.

FURTADO, C. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FURTADO, C. *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GALLAGHER, K. P.; MYERS, M. *China – Latin America finance database*. Washington, DC: Inter-American Dialogue, 2016.

- GERDEL, A. China en la política de diversificación de mercados del sector petrolero venezolano durante el siglo XXI. In: *X Simposio Electrónico Internacional sobre Política China*. Observatorio de la Política China, mar. 2019. Disponível em: <https://politica-china.org>. Acesso em: jan. 2021.
- GHOLZ, E.; AWAN, U.; RONN, E. Financial and energy security analysis of China's loan-for-oil deals. *Energy Research & Social Science*, v. 24, 2017.
- GIACALONE, R.; BRICEÑO RUIZ, J. The Chinese-Venezuelan oil agreements: material and nonmaterial goals. *Latin American Policy*, v. 4, n. 1, 2013.
- GUAN, Z. *Study of "Chinese-Venezuelan Joint Fund"*. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) – Capital University of Economics and Business, Beijing, 2014. Disponível em: <https://bitly.com/PeNKh>. Acesso em: fev. 2021.
- HERNÁNDEZ CORDERO, R. The China Development Bank and financing in Latin America. In: DUSSEL PETERS, E. (org.). *China's financing in Latin America and the Caribbean*. México, DF: UNAM, 2019.
- INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Exportaciones por país*. Caracas: SENIAT, 2018.
- JINPING, X. *A governança da China*. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019.
- KAPLAN, S. Banking unconditionally: the political economy of Chinese finance in Latin America. *Review of International Political Economy*, v. 23, n. 4, 2016.
- KAPLAN, S. *The rise of patient capital: the political economy of Chinese global finance*. Washington, DC: George Washington University, 2018.
- KAPLAN, S.; PENFOLD, M. *China-Venezuela economic relations*. Washington, DC: Kissinger Institute, 2019.
- LI, M. Profit, accumulation, and crisis. *The Chinese Economy*, v. 50, n. 6, 2017.
- LIN, J. China and the global economy. *China Economic Journal*, v. 4, n. 1, 2011.
- MOLINA MEDINA, N. Las relaciones diplomáticas Venezuela-China (1974-1999). *Humana del Sur*, ano 13, n. 25, 2018.
- MYERS, M.; GALLAGHER, K. *Scaling back: Chinese development finance in LAC*. Washington, DC: Inter-American Dialogue, 2020.

OLIVEIRA, C. H. M. de. *Análise do investimento chinês no mundo entre 2005 e 2018*. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia) – IE/UNICAMP, Campinas, 2020.

OURIQUES, H. R.; AVELAR, A. C. N. de. Las relaciones económicas entre Angola y China. *Estudios de Asia y África*, v. 52, n. 2, 2017.

RAIMUNDO, L. da C.; AZEVEDO, C. A. L. de (Org.). *A emergência da China e suas relações com América Latina e África*. Campinas: FACAMP, 2011.

SCROFINA, S. Los datos del petróleo venezolano. *Debates IESA*, v. 17, n. 2, 2012.  
SEELKE, C. R. *Venezuela: overview of U.S. sanctions*. Washington: CRS, 2021.

STRANGE, A. M. et al. *AidData methodology: tracking underreported financial flows (TUFF)*. Williamsburg: AidData, 2017.

TANG, C. *Linking China's energy strategy with Venezuela*. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universiteit van Amsterdam, Amsterdã, 2015.

TAVARES, M. da C. A retomada da hegemonia norte-americana. *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 2, 1985.

THE ECONOMIST. Oil and trouble. *The Economist*, 4 out. 2014.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Venezuela*. Londres, 2021.

TRANSPARENCIA VENEZUELA. *The China deals*. Caracas, 2020.

VISCIDI, L.; GRAHAM, N. *Reviving Venezuela's oil sector*. Washington: Inter-American Dialogue, 2020.

WANG, Q.; LI, R. Sino-Venezuelan oil-for-loan deal. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 64, 2016.

WEBER, I. *Como a China escapou da terapia de choque*. São Paulo: Boitempo, 2023.

WEISBROT, M.; SACHS, J. *Economic sanctions as collective punishment*. Washington, DC: CEPR, 2019.

XU, Y. *China's strategic partnerships in Latin America*. Lanham: Lexington Books, 2017.